Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

VIOLÊNCIA

22 facções disputam tráfico na Amazônia

Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que os nove estados da Amazônia Legal têm 45% mais mortes que a média nacional. Região é dominada por grupos criminosos brasileiros e estrangeiros

» LUANA PATRIOLINO

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam informações alarmantes sobre o crescimento da violência na Amazônia Legal. Segundo o estudo *Cartografias da violência na Amazônia*, divulgado ontem, existem pelo menos 22 facções criminosas na região, presentes em todos os nove estados amazônicos.

O Fórum mapeou a presença de facções em 178 das 772 cidades da Amazônia Legal (24,6%), sendo quase um a cada quatro municípios. Em 80 delas, também há disputa entre os grupos criminosos. A presença do crime organizado impacta na violência e no tráfico de drogas na região.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal é dividida em duas partes: Ocidental e Oriental. A primeira é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Já a segunda, por Pará, parte do Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

O estudo detectou que os estados da região registraram uma taxa de 33,8 mortes intencionais a cada 100 mil habitantes em 2022 — sendo 45% maior do que o resto do país, que contabilizou, no mesmo ano, taxa de 23,3 vítimas para cada grupo de 100 mil.

As capitais da região que têm conflito entre facções são: Manaus (AM), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Rio Branco (AC) e Palmas (TO). Entre as organizações estão aquelas com presença nacional, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Também há grupos criminosos locais, como a Família do Norte (FDN), e estrangeiros — vindos do Peru, da Venezuela e da Colômbia.

Essa criminalidade fora de controle da região ficou mais explícita para todo o país a partir do fim de 2016 e começo de 2017, quando a disputa entre facções na Amazônia levou a uma série de massacres e rebeliões em penitenciárias.

Onda crescente

Em 2021, o índice de mortes violentas intencionais na Amazônia Legal era de 34,4. A taxa de mortes por 100 mil habitantes permite comparar municípios de diferentes tamanhos. O estado com maior registro de violência é o Amapá, com 50,6 mortes para cada 100 mil. Depois, aparecem Amazonas (38,8), Pará (36,9), Rondônia (34,3), Tocantins (30,5), Roraima (30,5), Mato Grosso (29,3), Acre (28,6) e Maranhão (28,5).

Outros dados também chamam atenção como, por exemplo, os números de violência contra a mulher. O Fórum identificou que a taxa de feminicídio na Amazônia foi de 1,8 para cada 100 mil mulheres, 30,8% superior à média nacional, que foi de 1,4 por 100 mil. A violência sexual é outro item que se diferencia do resto do país. Nos nove estados, a pontuação de estupros na região foi de 49,4 vítimas para cada 100 mil no ano passado — 33,8% superior ao índice nacional, que foi de 36,9 por 100 mil.

A pesquisa revelou ainda que a mortalidade de indígenas na Amazônia é 26% maior do que no restante do país: morreram 114 pessoas contra 86 nos outros 17 estados e no Distrito Federal. A população de povos originários na Amazônia Legal é de 867 mil pessoas. No restante do país: 825 mil.

Outros crimes

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública detectou que os crimes vinculados ao desmatamento cresceram 85,3% entre 2018 e 2022. No último ano, foram 619 boletins nas polícias civis dos estados da Amazônia Legal. Os dados referentes a incêndios criminosos na Amazônia Legal também aumentaram: 51,3% em quatro anos.

Segundo o levantamento, a taxa de pessoas no sistema prisional na região cresceu 67,3%, em 10 anos, enquanto a média nacional foi de 43,3% de aumento. Entre 2019 e 2022, a elevação dos registros de armas de fogo foi de 91%, ao passo que no restante do país ficou em 47,5%. Entre 2019 e 2022, a apreensão de cocaína pelas polícias estaduais na Amazônia cresceu 194,1%. Já a Polícia Federal apreendeu 32 toneladas de cocaína em 2022, crescimento de 184,4% em comparação a 2019.

Mortes na Amazônia Legal

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam o crescimento da violência na Amazônia Legal

Valdo Virgo/CB/D.A Press

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Maceió: risco de colapso em mina da Braskem

» ÂNDREA MALCHER

A prefeitura de Maceió decretou estado de emergência de 180 dias na capital de Alagoas pelo risco iminente de colapso da mina 18 de exploração de sal-gema da Braskem, na região da lagoa de Mundaú, no bairro Mutange. A Defesa Civil alagoana emitiu um alerta sobre a instabilidade da mina, que coloca em risco cinco bairros. Segundo o órgão, o monitoramento da região foi aumentado, a partir do registro de cinco abalos sísmicos no mês passado.

O governo do estado informou que as cavernas abertas para a extração de sal-gema estavam sendo fechadas, após o Serviço Geológico Brasileira (SGB) confirmar que a atividade da empresa provocou o afundamento na região.

O prefeito João Henrique Caldas (PL), o JHC, por sua vez, criou um gabinete de crise para acompanhar a situação. "Com base em estudos técnicos apresentados pela prefeitura de Maceió, a Justiça Federal determinou que a Braskem realoque famílias do Bom Parto, atendendo uma solicitação do MPF (Ministério Público Federal) e da DPU (Defensoria Pública da União) e do MPE (Ministério Público Estadual). Parabenizo as instituições que, de forma séria e sem espetacularização, têm feito seu papel."

O bairro de Mutange foi esvaziado, mas cerca de 23 residências permanecem ocupadas porque a população não teria sido incluída na lista de indenizações e, por isso, se recusa a deixar suas casas. Na noite de quarta-feira, o Hospital Sanatório, no bairro Pinheiro, vizinho à área atingida, teve de ser evacuado.

Com o risco iminente, seis escolas da rede pública de Maceió se prepararam para receber as famílias da região atingida. Outras três estão de "sobreaviso", caso seja necessário.

O coordenador do gabinete de crise da prefeitura de Maceió, Claydson Mourinha, alertou que as pessoas devem deixar suas casas com antecedência, para que danos maiores sejam evitados. "Nós não sabemos se o colapso será daqui a pouco ou no fim do dia, mas já se sabe que vai colapsar e não sabemos a proporção. Não precisamos de pânico, o que precisamos efetivamente é contar com a colaboração das pessoas."

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também entrou em cena. Em uma publicação no X (antigo Twitter), o deputado disse ter entrado em contato com o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para pedir que a Defesa Civil acompanhe as "graves consequências geradas pela exploração das minas pela Braskem, em Maceió".

"O prefeito JHC comunicou-me do ocorrido e das providências urgentes adotadas para evitar acidentes e vítimas. Ele segue monitorando a situação em tempo real, em colaboração com os órgãos competentes. Precisamos estar todos unidos neste momento e buscar todos os meios para evitar danos maiores. Maceió e sua população sempre vêm em primeiro lugar, e estarei sempre ao lado deles", escreveu.

Reprodução/TV Gazeta

Afundamento de uma mina próximo à lagoa Mundaú, no Mutange, pode abrir uma enorme cratera na superfície

Providências

Em nota, a Braskem admitiu que tanto os tremores quanto o afundamento de solo foram causados pela atividade e informou que, "em decorrência do registro de microssismos e movimentações de solo atípicas pelo sistema de monitoramento, paralisou suas atividades na Área de Resguardo". "Tais registros estão concentrados em um local específico, dentro das áreas de serviço da companhia, nas proximidades da Avenida Major Cícero de Goes Monteiro", completou.

Ainda segundo a empresa, "a área, que já estava com algumas atividades paralisadas para evitar interferência na coleta de dados, foi isolada preventivamente e em cumprimento às ações definidas nos protocolos da companhia e da Defesa Civil. Essa é uma medida preventiva enquanto se aprofunda a compreensão da ocorrência". "A Braskem segue acompanhando de forma ininterrupta os dados de monitoramento, que são compartilhados em tempo real com a Defesa Civil Municipal", finalizou.

O problema não é de hoje. Desde 2019, o SGB aponta que a causa central para o surgimento das rachaduras nos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Parto e Farol foi a mineração da Braskem para extração de sal-gema, uma espécie de cloreto de sódio usado na fabricação de soda cáustica e PVC. As primeiras rachaduras em casas e prédios apareceram em 2018 e, desde então, mais de 14 mil imóveis foram desocupados, afetando mais de 55 mil pessoas.

No mesmo ano, a Agência Nacional de Mineração interditou as atividades de todas as minas de sal-gema da empresa em Alagoas, e a Braskem teve as licenças de três poços de extração suspensas, bem como recebeu duas autuações que, juntas, equivalem a R$ 29,3 milhões.